



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

TERMO DE REFERÊNCIA

ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE CONTROLE INTEGRADO DE VETORES E PRAGAS URBANAS

O presente termo de referência destaca o conteúdo mínimo a ser contemplado na elaboração do Programa de Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas em estabelecimentos que, por conta da atividade realizada, apresentem potencial para instalação e proliferação de fauna sinantrópica, nos termos dos artigos 24, 27 e 79 da Lei Complementar Municipal n. 148, de 23/12/2009.

1. Identificação do estabelecimento

Apresentar informações que contemplem, no mínimo, os itens abaixo:

- 1.1. Nome/Razão Social;
- 1.2. Nome Fantasia;
- 1.3. CNPJ/CPF;
- 1.4. Representante (s) legal (s);
- 1.5. Endereço completo e Telefone;
- 1.6. Atividades desenvolvidas;
- 1.7. Horário de funcionamento do estabelecimento;
- 1.8. Pessoa de contato;
- 1.9. Atividades desenvolvidas;
- 1.10. Descrição das instalações físicas do estabelecimento.

2. Objetivos

Descrever de forma clara os objetivos pretendidos com a elaboração do Programa, incluindo a garantia de que o estabelecimento executará medidas que impeçam, evitem e/ou minimizem a instalação e proliferação de vetores e pragas urbanas.

3. Referências

Indicar as referências bibliográficas utilizadas na elaboração do Programa.

4. Campo de Aplicação

Especificar os setores para os quais o Programa se aplica.

5. Definições

Elencar definições, caso seja necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

6. Responsabilidades

Definir os responsáveis pela elaboração, treinamento, implementação, monitoramento e revisão do Programa.

7. Descrição dos Métodos de Controle de Vetores e Pragas

Descrever as estratégias de controle de pragas e vetores através de métodos que visem impedir, evitar e/ou minimizar a instalação e desenvolvimento da fauna sinantrópica no estabelecimento que geram problemas significativos para a saúde pública, em especial a proliferação dos vetores da dengue, chikungunya e leishmaniose.

Tais medidas de controle devem, primeiramente, minimizar o uso abusivo e indiscriminado de praguicidas e garantir resultados favoráveis sob o ponto de vista higiênico, ecológico, econômico e de saúde pública, contemplando assim:

7.1. Medidas preventivas: estabelecer medidas que envolvam trabalhos de educação, treinamento e monitoramento, visando evitar infestações, tais como manutenção de limpeza dos arredores, acondicionamento adequado de resíduos, armazenamento de materiais que possam acumular água sob cobertura (quando possível), implementação de barreiras físicas, etc. Estabelecer o manejo dos materiais armazenados, de modo a evitar o acúmulo de água e ambientes propícios à instalação e proliferação de vetores.

7.2. Medidas Corretivas: estabelecer as medidas adotadas caso seja encontrada alguma não conformidade/irregularidade que propicie a instalação e proliferação de fauna sinantrópica. Quando necessário, poderá ser realizado o controle químico, tendo em vista que medidas menos agressivas e eficazes devem ser prioritárias.

Obs.: Para o controle químico deverá ser contratado empresa especializada em controle de pragas e vetores e com Licença Sanitária válida emitida pela Vigilância Sanitária e Ambiental do Município de Campo Grande.